



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO

INSPEÇÃO ANUAL – 2013

RELATÓRIO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CORREGEDOR-REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO, DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES.

A inspeção anual realizada no período de 10 a 14 de junho de 2013, junto a este Juízo da 1ª Vara Federal de Nova Friburgo, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, desenvolvida em absoluta normalidade, sendo presidida pelos subscritores deste relatório, o Juiz Federal Titular Sandro Valério Andrade do Nascimento e o Juiz Federal Substituto Eduardo Francisco de Souza.

O Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil foram participados acerca da realização da presente inspeção por meio, respectivamente, dos ofícios ns. OFI.0501.000057-2/2013; OFI.0501.000056-8/2013; e OFI.0501.000054-9/2013.

Também foram participados o Instituto Nacional do Seguro Social – ofício nº OFI.0501.000053-4/2013; a Caixa Econômica Federal – ofício nº OFI.0501.000050-0/2013; a Procuradoria da Fazenda Nacional – ofício nº OFI.0501.000058-7/2013; a Procuradoria Regional Federal – ofício nº OFI.0501.000052-0/2013; e a Defensoria Pública da União – ofício nº OFI.0501.000055-3/2013.

I – ABERTURA:

Segue em anexo ao presente relatório uma cópia do Termo de Abertura da Inspeção.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

II – FORAM INSPECIONADOS E CONSTATADOS:

1) Os dados extraídos da análise do acervo e dos gráficos estatísticos do Portal de Estatísticas da Primeira Instância, instituído pelo Provimento nº 38/2007, da CG-TRF/2ª Região, bem como dos relatórios do sistema Apolo:

1.1) Quadro comparativo da evolução do acervo desde a última inspeção ordinária:

	Total		Suspensos		Tramitação	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Matéria Cível (Execução Fiscal)	8.985	9.127	5.220	5.874	3.765	3.253
Matéria Cível (outras classes)	989	1.010	230	165	759	845
Matéria Penal	257	244	91	119	166	125
Total	10.231	10.381	5.541	6.158	4.690	4.223

* dados referentes aos meses de junho/2012 e maio/2013, extraídos do sistema Apolo.

1.2) Total de processos distribuídos/redistribuídos, arquivados, remetidos ao TRF e devolvidos do TRF desde a última inspeção anual ordinária:

Processos	Distribuídos/ Redistribuídos	Arquivados	Remetidos ao TRF	Devolvidos do TRF
Matéria Cível (Execução Fiscal)	621	539	63	73
Matéria Cível (outras classes)	1.082	376	183	180
Matéria Penal	123	189	35	28
Total	1.205	1.104	281	281

* dados referentes ao período de junho de 2012 a maio/2013, extraídos do sistema Apolo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

1.3) Quadro comparativo da evolução do acervo (processos distribuídos/redistribuídos) e processos sentenciados desde a última inspeção ordinária:

Processos	Distribuídos	Redistribuídos	Sentenciados
Total	1.167	38	956

* dados referentes ao período de junho de 2012 a maio de 2013, extraídos do sistema Apolo.

1.4) Relatório extraído do sistema Apolo com os processos conclusos e sem movimentação processual:

A inspeção teve início com a emissão de relatório dos processos conclusos para despacho ou ato ordinatório há mais de 30 (trinta) dias; para decisão interlocutória há mais de 60 (sessenta) dias; e para sentença há mais de 180 (cento e oitenta) dias; como também sem movimentação processual há mais de 120 (cento e vinte) dias, para a classe de execução fiscal (3000); e 30 (trinta) dias, para as demais classes cíveis e criminais, visando ao controle e aferição do respectivo acervo processual, na forma dos arts. 227 e 228 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011, de 04/04/2011.

Ao final dos trabalhos da inspeção, ficou constatado que remanesceram um total de 52 (cinquenta e dois) processos cíveis conclusos para despacho há mais de 30 (trinta) dias, dos quais 13 (treze) são processos de Execução Fiscal (classe 3000), sendo 29 (vinte) processos de final par e 23 (vinte e três) de final ímpar, bem como 2 (dois) processos criminais, quais sejam, processo nº 0001172-44.2010.4.02.5105 (classe 27003) e processo nº 0000292-52.2010.4.02.5105 (classe 21000), como também 3 (três) processos cíveis conclusos para decisão há mais de 60 (dias) dias, todos de final ímpar, quais sejam, processos ns. 0001153-04.2011.4.02.5105 (classe 3000), 0000285-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

89.2012.4.02.5105 (classe 3000) e 0000475-52.2012.4.02.5105 (classe 3000). Ressalte-se que não foram identificados processos conclusos para sentença há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

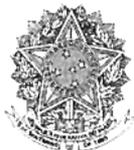
Quanto aos processos cíveis e criminais sem movimentação processual na secretaria há mais de 30 (trinta) dias, constatou-se que permaneceram um total de 64 (sessenta e quatro) processos, assim distribuídos:

- a) 7 (sete) ações ordinárias (classes 1001/1002/1005/1007);
- b) 9 (nove) execuções por título extrajudicial (classe 4002);
- c) 10 (dez) ações monitórias (classe 5013);
- d) 3 (três) ações civis públicas (classe 6001);
- e) 1 (uma) ação sumária (classe 9001)
- h) 4 (quatro) embargos à execução (classe 12001);
- i) 4 (quatro) embargos de terceiro (classe 12005);
- j) 25 (vinte e cinco) embargos à execução fiscal (classe 12006);
- l) 1 (um) incidente de insanidade (classe 25002).

Em relação aos processos de execução fiscal (classe 3000), após o término da inspeção, não permaneceram processos sem movimentação processual na secretaria há mais de 120 (cento e vinte) dias. Em relação ao incidente de insanidade (classe 25002), qual seja, processo nº 0000585-51.2012.4.02.5105, este se encontra aguardando conclusão de perícia médica psiquiátrica pelo Hospital Psiquiátrico Heitor Carrilho.

Como medida de regularização, foi determinado que esses feitos tivessem priorização no seu regular processamento.

Cumprido esclarecer, entretanto, a existência 129 (cento e vinte e nove) inquéritos policiais (classe 26003); 1 (um) peça de informação criminal (classe 26010); 1 (um) incidente de restituição de coisas apreendidas (classe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

24001); 3 (três) pedidos de quebra de sigilo de dados e/ou telefônicos (classe 24005); e 1 (uma) comunicações de prisão (classe 26001), distribuídos a este Juízo, que, apesar de constarem no aludido relatório como sem movimentação processual há mais de 30 (trinta) dias, encontram-se com a tramitação regular, nos termos do art. 236 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Relativamente ao quantitativo de movimentação processual, desde a última inspeção anual, no curso do ano de 2012, até o final desta inspeção, verifica-se que foram proferidos 9.809 (nove mil oitocentos e nove) despachos e 1.112 (um mil e cento e doze) decisões interlocutórias, bem como prolatadas 1.023 (um mil e vinte e três) sentenças.

2) Os processos de verificação obrigatória (art. 12, parágrafo único, da Resolução nº 496/2006, do CJF), bem como os de prioridade legal, que se encontravam na Vara:

Com relação aos processos de verificação obrigatória foram inspecionados as Ações Penais (classe 2100), as Ações de Improbidade Administrativa (classe 1007), as Ações Cíveis Públicas (classe 6001), e os Mandados de Segurança (classe 2001), bem como outras ações de natureza coletiva *lato sensu*, como também ações que tenham prioridade legal, que se encontravam na Secretaria do Juízo, constatando-se o regular andamento processual dos referidos feitos.

Cumprir informar, outrossim, que não há Ação Popular (classe 6002), como também Mandado de Segurança Coletivo (classe 2002), distribuídos a este Juízo até o término da inspeção.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

3) Os feitos que se encontram em trâmite e suspensos em Cartório:

Quanto aos processos em trâmite neste Juízo, foram inspecionados aqueles que se encontravam sem movimentação processual há mais de 120 (cento e vinte) dias, para a classe 3000, e 60 (sessenta) dias, para as demais classes, bem como, por amostragem, os demais processos, dado o elevado volume do acervo, os quais receberam o devido andamento processual, estando com os processamentos regularizados.

Quanto aos feitos suspensos, existem neste Juízo nessa fase processual, em matéria cível, 6.142 (seis mil cento e quarenta e dois) processos, dos quais 5.981 (cinco mil novecentos e oitenta e um) são ações de execução fiscal (classe 3000), e, em matéria penal, 122 (cento e vinte e dois) processos, que também foram inspecionados por amostragem, em vista do grande volume, encontrando-se com seus andamentos regularizados.

Cumprir informar que este Juízo realiza um controle regular dos processos suspensos, tanto aqueles de execução fiscal (classe 3000), quanto os que aguardam julgamento de recurso/agravo ou outra suspensão determinada.

4) Os livros e pastas obrigatórios ou não obrigatórios:

Os livros e pastas, obrigatórios ou não obrigatórios, foram regularmente inspecionados, estando em conformidade com os art. 148 e 151 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011, de 04/04/2011, e abaixo relacionados:

- a) livro de ponto dos servidores;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- b) livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo;
- c) livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio (distribuição e contadoria);
- d) livro de entrega de autos às partes sem traslado;
- e) livro de carga ao Ministério Público Federal;
- f) livro de reclamações;
- g) livro de registro de livramento condicional;
- h) livro do rol dos culpados;
- i) pasta de termos de fiança;
- j) pasta de suspensão condicional da pena e do processo;
- k) livro tombo – pasta de processos distribuídos;
- l) pasta de inspeção anual - 2011.

Cabe esclarecer, outrossim, que atualmente as pastas de mandados, ofícios, cartas precatórias, editais e alvarás expedidos; bem como que as pastas de sentenças e decisões interlocutórias proferidas, sejam em processos cíveis ou criminais, são mantidas exclusivamente por meio eletrônico de registro, na forma do art. 149 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011, de 04/04/2011, e Provimentos nº T2-PVC-2011/00003, de 12/01/2011, e T2-PVC-2011/00004, de 15/02/2011, ambos da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, tendo sido as respectivas pastas físicas encerradas definitivamente.

Quanto ao livro tombo – pasta de processos distribuídos, considerando que todas as ações distribuídas a este órgão jurisdicional são eletrônicas, esta não é mantida.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

5) As petições e documentos pendentes de juntada:

Ao final dos trabalhos inspecionais, foi extraído relatório no sistema Apolo, ficando constatado que permaneceram pendentes de juntada um total de 46 (quarenta e seis) petições e documentos intercorrentes.

Frise-se que, desse total, 17 (dezesete) petições e documentos estão vinculados a processos que estão tramitando no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, aguardando julgamento de recurso.

Esclareço, outrossim, que aquelas petições e documentos que permaneceram pendentes de juntada, referentes a processos que se encontram localizados na Secretaria do Juízo, encontram-se em conformidade com os prazos estabelecidos no art. 180 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011.

Não obstante, registre-se que, desde a última inspeção anual realizada até o final desta, a partir de relatório emitido pelo sistema Apolo, foram protocolizados 11.127 (onze mil cento e vinte e sete) petições e documentos intercorrentes.

Cabe esclarecer, outrossim, que, quanto aos processos que estão tramitando no TRF da 2ª Região, este Juízo apenas encaminha as petições à Secretaria da Turma respectiva, caso o seu conteúdo possa interferir no julgamento do recurso ou diga respeito a representação processual das partes. Já relativamente aos processos arquivados, aplica-se o disposto nos arts. 183 e 184, inciso III, da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

6) A carga e vistas dos autos:

O livro de carga e vista a advogados e peritos encontra-se com o termo de abertura devidamente assinado. Foi verificada a regularidade da respectiva anotação da baixa aos processos devolvidos, que é feita no mesmo dia da devolução.

O Juízo possui uma pasta para anotação dos processos retirados para extração de fotocópias, que é verificada todos os dias para cobrança dos processos não devolvidos.

Ao final da inspeção constatou-se a existência de apenas 1 (um) processo com carga para a parte e com prazo expirado há mais de 30 (trinta) dias, qual seja, o processo nº 0005724-04.2007.4.02.5155 (classe 1001). Com efeito, foi determinado que a parte fosse intimada para devolução no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de busca e apreensão dos autos.

7) Os expedientes cartorários:

Os mandados, ofícios, editais e cartas precatórias em processos cíveis são expedidos em até 30 (trinta) dias, em média, salvo os referentes a processos de execução fiscal, cujo tempo médio de expedição é de 120 (cento e vinte) dias, dado o grande volume de processos dessa natureza.

Com relação aos processos criminais, estes expedientes são expedidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, exceto em caso de alvarás de soltura ou mandados de prisão, que são expedidos no mesmo dia em que a decisão é assinada.

Os mandados ou ofícios referentes à comunicação de liminar ou antecipação de tutela são, via de regra, expedidos no mesmo dia em que a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

decisão é assinada, salvo em situações excepcionais quando são expedidos no dia útil imediatamente seguinte.

As requisições de pagamento (RPV ou Precatórios) e os alvarás de levantamento são expedidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Cabe ressaltar que, a final da inspeção anual, com base em relatório extraído do sistema Apolo, constatou-se que nenhum processo aguardava expedição de expediente cartorário por prazo superior ao estabelecido no art. 228 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011.

Desde a última inspeção anual, no curso do ano de 2012, até o final desta inspeção, verificou-se que haviam sido expedidos: 4.912 (quatro mil novecentos e doze) mandados; 2 (dois) mandados de prisão; 1.269 (um mil duzentos e sessenta e nove) ofícios; 3 (três) alvarás de soltura; 40 (quarenta) alvarás de levantamento; 154 (cento e cinquenta e quatro) cartas precatórias e cartas de citação; e 84 (oitenta e quatro) precatórios e RPV.

8) A verificação de prevenção, litispendência e/ou coisa julgada:

Os processos distribuídos com informação de prevenção, litispendência e/ou coisa julgada são processados diariamente. Durante o período da inspeção os processos que estavam nessa condição foram analisados e despachados.

No momento da expedição de RPV e Precatórios, quando o sistema Apolo informa que já existe uma requisição de pagamento vinculada ao mesmo CPF, também é feita a verificação quanto à possibilidade de existência de coisa julgada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

9) A atuação do Setor de Apoio Administrativo, Contadoria, Distribuição, Seção de Mandados e dos demais serviços auxiliares que não integram a estrutura administrativa:

Verifica-se que a atuação dos referidos setores é pautada na integração com este órgão judicial, possibilitando, assim, maior celeridade e eficiência na tramitação dos processos.

Ao final da inspeção anual, a partir de relatório extraído do sistema Apolo, ficou constatada existência de 11 (onze) mandados com diligências em aberto há mais de 30 (trinta) dias, bem como 1 (um) processo no Setor de Distribuição, aguardando atendimento por mais de 30 (trinta) dias, qual seja, o processo nº 0000898-22.2006.4.02.5105 (classe 12006). Com relação ao Setores de Contadoria, não foi constatada nenhuma irregularidade.

10) A organização da Vara:

Considerando a competência mista deste órgão judicial, a estrutura organizacional da Secretaria apresenta-se dividida em 3 (três) setores, a saber: Setor de Execução Fiscal, Setor de Contencioso Cível e Setor Criminal.

O Setor de Execução Fiscal tem como atribuição o processamento, antes e após a sentença, das ações de execução fiscal, de embargos à execução fiscal e de cartas precatórias de execução fiscal. É composto por 1 (um) supervisor, 4 (quatro) servidores e 1(um) estagiário.

O Setor de Contencioso Cível tem como atribuição o processamento, antes e após a sentença, das demais ações cíveis (ações ordinárias, ações sumárias, ações monitórias, ações de execução por título



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

extrajudicial, cartas precatórias/rogatórias/de ordem cíveis, etc.). É composto por 1 (um) supervisor, 2 (dois) servidores e 2 (dois) estagiários.

O Setor Criminal tem como atribuição o processamento, antes e após a sentença, das ações penais, inquéritos policiais, cartas precatórias/rogatórias/de ordem criminais e outros procedimentos criminais. É composto por 1 (um) supervisor e 1 (um) servidor.

11) A observância das regras de divisão de processos:

Os processos distribuídos são divididos internamente neste órgão judicial em observância ao disposto no art. 7º da Resolução nº 001, de 20/02/2008, do Conselho de Justiça Federal, cabendo ao Juiz Federal Titular os processos de final par e ao Juiz Federal Substituto os processos de final ímpar.

Nos casos de férias, afastamentos e licenças, especificados em lei ou previamente autorizados pela Corregedoria-Regional, a substituição automática é feita nos termos do art. 100 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011.

12) A evolução da situação geral do órgão e de seu acervo:

O acervo total deste órgão judicial, desde a última inspeção ordinária, teve a seguinte evolução mensal:

	MATÉRIA CÍVEL		MATÉRIA PENAL	TOTAL
	EF	OUTRAS		
ANO: 2012				
JUNHO	8.985	989	257	10.231
JULHO	9.013	1.009	251	10.273
AGOSTO	8.979	987	253	10.219



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

SETEMBRO	9.009	977	253	10.239
OUTUBRO	9.013	972	243	10.228
NOVEMBRO	8.964	968	239	10.171
DEZEMBRO	8.909	989	252	10.150
ANO: 2013				
JANEIRO	8.860	964	267	10.091
FEVEREIRO	8.765	969	260	9.994
MARÇO	8.787	976	247	10.010
ABRIL	8.846	965	245	10.056
MAIO	9.127	1.010	244	10.381

* dados extraídos do sistema Apolo.

13) A estrutura funcional de apoio ao gabinete:

O Setor de Apoio ao Gabinete tem como atribuição a elaboração de minutas de sentenças e decisões interlocutórias, bem como o processamento, antes da prolação de sentença, de ações específicas, quais sejam, mandado de segurança, ação civil pública, ação de improbidade administrativa, ação popular, além de atividades administrativas de apoio aos magistrados. É composto de 1 (um) oficial de gabinete, 2 (dois) servidores e 1 (um) estagiário.

Ao final da inspeção, através de relatório emitido pelo sistema Apolo, constatou-se que 18 (dezoito) processos permaneceram conclusos para sentença, sendo 10 (dez) de final par e 8 (oito) de final ímpar.

No que atine aos processos distribuídos até o ano de 2006 pendentes de sentença, isto é, aqueles incluídos na denominada Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça – critério 2010, constatou-se, ao final dos trabalhos, através de relatório emitido pelo Portal de Estatísticas da 2ª Região, que permaneceu 1 (um) processos nessa situação, a saber: processo nº 0015763-62.2006.4.02.5101 (classe 1004), redistribuído da 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro em 08/07/2011.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Quanto aos processos distribuídos até o ano de 2007 pendentes de sentença, isto é, aqueles incluídos na denominada Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça – critério 2012, constatou-se, ao final dos trabalhos, através de relatório emitido pelo Portal de Estatísticas da 2ª Região, que permaneceram 4 (quatro) processos nessa situação, a saber: processo nº 0001141-58.2009.4.02.5105 (classe 21000), concluso para sentença em 04/03/2013; processo nº 0002182-31.2007.4.02.5105 (classe 1007), aguardando conclusão de perícia grafotécnica; processo nº 0001696-46.2007.4.02.5105 (classe 12006), aguardando realização de perícia; e processo nº 0001845-42.2007.4.02.5105 (classe 1005), concluso para sentença em 17/06/2013.

Relativamente às ações de improbidade administrativa, como também às ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2011 e que se encontram pendente de sentença, ou seja, aquelas incluídas na recente Meta 18 do Conselho Nacional de Justiça, foram identificados 18 (dezoito) processos, distribuídos conforme tabela a seguir:

Ações de Improbidade Administrativa (classe 1007)	Ações Penais – Crimes Contra a Administração Pública (classe 21000)
0000521-75.2011.4.02.5105	0001141-58.2009.4.02.5105
0000592-77.2011.4.02.5105	0000794-35.2003.4.02.5105
0000663-16.2010.4.02.5105	0000292-52.2010.4.02.5105
0000825-74.2011.4.02.5105	0000511-07.2006.4.02.5105
0001091-95.2010.4.02.5105	0001342-16.2010.4.02.5105
0001425-66.2009.4.02.5105	0001368-53.2006.4.02.5105
0001696-75.2009.4.02.5105	0001206-19.2010.4.02.5105
0001745-19.2009.4.02.5105	0001205-34.2010.4.02.5105
0002182-31.2007.4.02.5105	0002041-02.2013.4.02.5105

Ressalte-se que, com relação às ações cíveis, 3 (três) já se encontram conclusas para sentença, e às ações penais, 7 (sete) já se encontram nesta fase processual.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Esclareço, na oportunidade, que os referidos processos têm acompanhamento prioritário para movimentação processual e que este órgão judicial envidará esforços de forma a cumprir as metas estabelecidas.

14) O quadro de servidores, equipamentos e mobiliário:

Com relação ao quadro de servidores, este órgão judicial conta com o total de 14 (treze) servidores e 4 (quatro) estagiários. Os servidores encontram-se distribuídos pelos seguintes cargos efetivos:

- 4 (quatro) Analistas Judiciário;
- 10 (dez) Técnicos Judiciários.

Quanto aos equipamentos e mobiliários, encontram-se inventariados de acordo com o relatório do Sistema de Material e Patrimônio – ASI.

15) Os registros e atualizações efetuadas no sistema Apolo:

Toda a movimentação processual é realizada utilizando-se o sistema informatizado de processamento de dados Apolo.

Os despachos, decisões e sentenças são assinados eletronicamente, bem como os expedientes cartorários são confeccionados a partir das ferramentas do sistema Apolo.

As petições que são protocolizadas na Secretaria são registradas no sistema e a carga de processos físicos para entidades cadastradas é realizada através de guia de remessa gerada também pelo sistema.

São utilizadas gravações audiovisuais para o registro das audiências realizadas nos processos criminais e em alguns cíveis, especialmente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

nas ações de improbidade administrativa, na forma da Seção V da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011.

Quanto aos autos virtuais, o sistema Apolo é atualizado freqüentemente, com a ativação e desativação de mesas de trabalho e motivos de local virtual, com o objetivo de melhor organização e tramitação do acervo virtual.

Cumpre, porém, registrar que a freqüente instabilidade do sistema Apolo, principalmente em relação à velocidade na transmissão dos dados e constantes travamentos, acaba ocasionando significativo prejuízo na sua utilização eficaz.

16) As ocorrências diversas acontecidas na inspeção:

Não houve reclamações ou requerimentos por parte das entidades participadas da realização da inspeção.

17) A situação resumida dos processos de verificação obrigatória:

Constatou-se, ao final dos trabalhos inspecionais, que os processos de verificação obrigatória em tramitação neste Juízo encontravam-se com seu processamento regular.

Registre-se a existência de 25 (vinte e cinco) ações ordinárias de improbidade administrativa (classe 1007), 16 (dezesesseis) ações civis públicas (classes 6001, 6003, 6006 e 6007) e 13 (treze) ações de mandado de segurança (classes 2001, 2003, 2006), bem como a não existência de ações populares (classe 6002), de ações de mandado de segurança coletivo (classes 2002, 2004,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

2007, 2009 e 2010), como também de ações penais com réu preso (classe 21000), em tramitação neste órgão judicial até o final período da inspeção.

Cabe ressaltar, oportunamente, que esses tipos de ações possuem um tratamento diferenciado na análise e no processamento, com objetivo de, na medida do possível, imprimir-lhes maior celeridade.

18) A situação resumida dos processos examinados por amostragem:

Quantos aos demais processos examinados por amostragem, procurou-se, durante o período da inspeção, analisar o maior número possível de feitos, a fim de regularizar o processamento destes, em especial daqueles que se encontravam paralisados há mais de 120 (cento e vinte) dias, para a classe 3000 (execução fiscal), bem como 30 (trinta) dias, para as demais classes de processos, em fase de execução de sentença, aguardando expedição de mandados e ofícios, como também aguardando expedição ou envio de RPV ou Precatório.

19) A extensão da pauta de audiências:

Desde a última inspeção, a partir de relatório emitido pelo sistema Apolo, foram realizadas 101 (cento e uma) audiências, sendo 20 (vinte) em processos cíveis e 81 (oitenta e uma) em processos criminais.

Com relação à extensão da pauta, a designação de audiências tem ocorrido, no máximo, para 2 (dois) meses após verificada a necessidade de designação. Atualmente, estão sendo designadas audiências para o mês de agosto de 2013. Excepcionalmente, com relação ao processo nº 0001169-21.2012.4.02.5105 (classe 1002), foi designada audiência para o dia 10/12/2013.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

As audiências são realizadas normalmente nas terças-feiras pelo Juiz Federal Substituto e nas quintas-feiras pelo Juiz Federal Titular, uma vez que para nos demais dias da semana a sala de audiência é reservada para o Juizado Especial Federal de Nova Friburgo. Entretanto, extraordinariamente, caso haja uma necessidade premente, são designadas audiências para segundas, quartas e sextas-feiras.

Cabe esclarecer, outrossim, que as atas de audiências são registradas exclusivamente por meio eletrônico, nos termos do art. 149, inciso V, da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011.

20) A relação dos processos nos quais tenha sido declarado impedimento ou suspeição do magistrado:

Desde a última inspeção realizada, houve declaração de suspeição dos Juízes Federais Titular e Substituto em 4 (quatro) processos, quais sejam: processo nº 0000738-84.2012.4.02.5105 (classe 2001), processo nº 0000801-12.2012.4.02.5105 (classe 2001); processo nº 0000027-45.2013.4.02.5105 (classe 2001); e processo nº 0000565-46.2001.4.02.5105 (classe 3000).

21) A relação dos alvarás de levantamento inutilizados e retificações de dados estatísticos ao sistema informatizado de acompanhamento processual:

Desde a última inspeção realizada, não foram inutilizados formulários (papel moeda) de alvarás.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Quanto à retificação de dados estatísticos ao sistema informatizado de acompanhamento processual, nenhuma ocorrência foi registrada durante a inspeção.

22) Os bens apreendidos em procedimentos criminais:

Com relação aos bens apreendidos em procedimentos criminais, estes encontram-se cadastrados no Sistema Nacional de Bens Apreendidos, nos termos da Resolução nº 63, de 16/12/2008, do Conselho Nacional de Justiça, bem como foram informados no relatório da última inspeção anual.

Cumprе esclarecer que, desde a última inspeção, foi decretada 1 (uma) busca e apreensão de bens em procedimentos criminais, relativamente ao processo nº 0002035-92.2013.4.02.5105 (classe 21000), consistente em armas de fogo, que se encontram acauteladas no Comando do Exército, nos termos do artigo 65, §2º, do Decreto nº 5.123/2004.

23) A evolução da situação processual de alguns feitos:

Pode-se constatar no curso da inspeção, principalmente nos processos cuja matéria seja específica e repetitiva, uma busca no saneamento dos feitos logo na inicial, adotando-se, quando possível, despachos com múltiplas determinações, a fim de acelerar a marcha processual, procurando-se reduzir o tempo de processamento até a prolação da sentença, como também após esta.

Em relação aos processos de Execução Fiscal (classe 3000), verificou-se a regular tramitação dos feitos relativos a grandes devedores, que possuem tratamento diferenciado dos demais da mesma classe, sendo os autos eletrônicos cadastrados com um identificador específico, a partir de listagem fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, buscando-se dessa forma imprimir maior celeridade no seu processamento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

São realizados 2 (dois) leilões judiciais a cada ano, sendo um no primeiro semestre e o outro no segundo semestre. Desde a última inspeção, foi realizado leilão em datas de 24 de outubro de 2012 (1ª praça) e 07 de novembro de 2012 (2ª praça), tendo 71 (setenta e um) processos incluídos, com índice de solução de 26,98% (vinte e seis vírgula noventa e oito por cento).

III – OUTRAS CONSTATAÇÕES:

Não foram constatadas outras situações que possam merecer destaque durante o período de realização da inspeção, que transcorreu dentro da normalidade e dos parâmetros previamente estabelecidos.

IV – O CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES OU CONSIGNAÇÕES DA INSPEÇÃO ANTERIOR:

A realização dos trabalhos desta inspeção pautou-se, também, a partir das constatações e consignações constantes do relatório da inspeção ocorrida no período de 10 a 14 de junho de 2012.

V – CONSIGNAÇÕES E DELIBERAÇÕES:

Pela análise de relatório emitido pelo sistema Apolo, constata-se que a maior parte do acervo deste órgão judicial refere-se a processos de execução fiscal (classe 3000), como se pode visualizar no quadro abaixo.

Ano	Matéria Cível		Matéria Penal	Total
	Execução Fiscal	Outros feitos cíveis		
2007	8.482	1.509	505	10.496
2008	8.435	1.140	510	10.085
2009	8.093	1.002	510	9.605



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

2010	8.221	989	493	9.703
2011	8.546	941	233	9.720
2012	8.909	989	252	10.150
2013	9.127	1.010	244	10.381

* dados extraídos do sistema Apolo. Dados do ano 2013 computados até o mês de maio.

Assim, através da análise dos dados, verifica-se que nos últimos 7 (sete) anos aproximadamente em média 85% (oitenta e cinco por cento) das ações são de execução fiscal (classe 3000), como também que tem ocorrido um aumento no quantitativo destes feitos, mostrando-se necessária a tomada de providências no sentido de racionalizar e agilizar a tramitação dessas ações.

Nesse passo, a par do que já vem sendo implementado, a saber, padronização do processamento, com a utilização de despachos com múltiplas determinações, controle do prazo dos processos suspensos na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/80, bem como celeridade na prolação de sentenças de extinção, o que têm revelado um resultado satisfatório, este órgão judicial vem procurando conhecer outras práticas, especialmente com um maior intercâmbio com varas especializadas em execução fiscal.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A presente inspeção anual foi de grande valia para que, a partir de uma visão crítica, este Juízo pudesse elaborar novos procedimentos, como também rever aqueles que já estão em prática e que porventura não estejam apresentando o resultado desejado, na busca de proporcionar uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Ressalte-se, outrossim, a qualidade do serviço e o comprometimento dos servidores lotados na 1ª Vara Federal de Nova Friburgo na realização dos trabalhos desta inspeção.

Aproveita-se, por fim, a oportunidade para reiterar as dificuldades encontradas na utilização do sistema Apolo, que com bastante frequência vem se apresentando muito instável, com travamentos constantes e lentidão no fluxo de dados, ocasionando considerável prejuízo às atividades ordinárias de processamento dos feitos.

VII – ENCERRAMENTO:

A cópia do Termo de Encerramento encontra-se acompanhando o presente relatório.

Era o que havia a relatar, *sub censura* dessa Egrégia Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Nova Friburgo, 14 de junho de 2013.

SANDRO VALÉRIO ANDRADE DO NASCIMENTO

Juiz Federal Titular

1ª Vara Federal de Nova Friburgo